



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 6 DE OUTUBRO DE 1999

Senhor Ministro Raul Jungmann; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Dom Mauro Morelli; Senhores membros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural; Senhoras e Senhores,

O Ministro Jungmann expôs aqui as razões pelas quais nós estamos organizando e instalando este Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural. Sobre, portanto, repeti-las.

Quero apenas insistir no significado de nós estarmos articulando, crescentemente, com a sociedade os mecanismos pelos quais vamos implementar mudanças profundas no meio rural brasileiro. Sem que haja essa articulação, sem que o Governo – utilizando a expressão do Ministro Jungmann – se organize através de redes também, se articule com a sociedade, não será possível provocar o grau de transformação que hoje é necessário, que se impõe mesmo, para melhorar as condições de vida das populações brasileiras.

Quem tiver lido uma matéria que saiu na revista *Exame*, recentemente, sobre pobreza no Brasil, verá que, quando se fala de pobreza no

Brasil, 49%, para ser preciso, se não me falha a memória, dos que são considerados pobres estão na área rural.

E também verá um outro dado importante para a ação política. É que quase 50% estão no Nordeste. Essa é a razão pela qual nós temos que estabelecer, crescentemente, políticas que atendam às áreas rurais, sobretudo às áreas rurais nordestinas.

Ontem, numa cerimônia realizada aqui, com presença ampla de vários setores da sociedade, eu insistia na importância do pequeno. Do pequeno negócio, do produtor autônomo, da microempresa, da pequena empresa. E nós tomamos uma série de medidas que são efetivas para melhorar a condição desses pequenos e microempresários, tanto no que diz respeito a suas formas de financiamento, quanto no que diz respeito a liquidar suas situações de dívida para com setores governamentais.

Essa é uma política que nós estamos seguindo no Governo e que está tomando agora maior visibilidade, maior corpo. Este Conselho é para dar seqüência a esse tipo de política. Um entrosamento para que nós possamos atingir, crescentemente, as populações rurais, os produtores familiares nas áreas rurais. E que essas pessoas tenham acesso ao crédito. Daí o Pronaf. O Pronaf tem uma importância decisiva nesta matéria. Daí esses esforços de levar a educação aos assentamentos. Agradeço ao Ministro Paulo Renato sua presença, sua colaboração nesta matéria. Daí a preocupação com o meio ambiente como algo fundamental para que nós possamos, realmente melhorar as condições de vida.

Daí também a articulação com a Abras, com os distribuidores de alimentos. O esforço para transformar o pequeno produtor rural num produtor capaz de atender aos requisitos de mercado. Daí essa mobilização com aqueles que se preocupam com a fome no Brasil, daí a articulação com a Contag, com sindicatos, com o Sebrae, que tem ampla experiência nessa matéria.

Eu até diria que, ao dar vida a este Conselho, estamos dando seqüência, portanto, a essa modificação na própria concepção do mundo rural. O Ministro citou um antigo aluno meu e antigo colaborador, José de Souza Martins. Ao fazermos um esforço nessa direção, nós não esta-

mos fazendo mais do que dar prosseguimento a um conjunto de políticas que vem marcando o Governo.

A despeito de todos os que se negam a ver, o Governo está mudando fundamentalmente a vida dos mais pobres. Basta olhar os dados para ver o acesso às condições de mercado, o acesso a bens de consumo das populações mais pobres. E isso não se faz senão com programas organizados. O Pronaf foi o esteio para isso.

Neste ano, no biênio 99/2000, nós destinamos 3 bilhões e 400 milhões de reais para o Pronaf. O Senhor sabe, Dom Mauro Morelli, quanto havia em 94? Zero. Em 95, um pouquinho. Foi crescendo. Então, é um programa que está crescendo, está em expansão. E esse Programa vai atingir 1 milhão e 200 mil famílias. No ano anterior, atingiu 750 mil famílias, mais ou menos. No primeiro ano, atingiu 33 mil famílias. Eu costumo guardar esses números porque acho que são números que o Presidente tem que ter presente, para ver que é preciso crescer mais ainda para atender à população mais pobre. Mas é preciso, também, que se reconheça que nós criamos o Programa e ele está florescendo, está avançando.

E hoje a agricultura é a união do Ministério da Agricultura com o da Reforma Agrária. Programas em conjunto para que nós possamos, efetivamente, dar condições de crédito e assistência tecnológica.

Está tudo uma maravilha? Não, não está uma maravilha. É muito difícil. É muito difícil chegar ao mais pobre. É muito difícil organizar o Governo e a sociedade civil para que eles tenham uma sinergia, uma articulação que resulte em proveito dos objetivos. Mas é fundamental que se mantenham esses programas. Eu diria mesmo que esse esforço só vai funcionar à medida que nós fizermos a convergência de programas. Há um outro, na área de educação, que tem o mesmo efeito: o Fundef. Os nomes são sempre estranhos: Pronaf, Fundef. É pena, deveríamos ter nomes mais glamourosos para esses Programas, o efeito deles é positivo. O Fundef está produzindo uma – repito – revolução silenciosa na educação. Nós aumentamos o salário – é uma pesquisa que não é do Governo – das professoras do ensino básico no Nordeste em mais de 50% em um só ano. A matrícula no Brasil aumentou enormemente no curso básico. Nós, hoje, temos 96% das crianças matricu-

ladas no ensino básico e queremos chegar a 100%. Ideal? Quem sabe? Utopia? Quem sabe? Mas nós precisamos ter crença para mover as coisas. Até o fim deste mandato vamos fazer o esforço máximo para chegar lá. Resultado: a matrícula no curso secundário aumentou mais de 50% em cinco anos, o que se compara com 28% nos 15 anos anteriores. Aumentou matrícula no secundário porque houve aumento da expansão do primário. Isso nos leva a propor, agora, como já propus no Programa Avança Brasil, 10 milhões de matrículas que vão ser oferecidas no curso secundário.

O esteio desse programa é o Fundef, um mecanismo pelo qual se destinou renda para os municípios mais pobres do Brasil. Fundef, Pronaf são coisas fundamentais, é assim que se constrói uma sociedade democrática, não é na gritaria, é no trabalho silencioso, muitas vezes difícil, penoso, porque as instituições não foram feitas para isso e os programas das políticas sociais não foram feitos para isso. Ao programa de micro e pequenas empresas acrescentamos mais este ao nosso tripé: Pronaf, Fundef, Programa de Micro e Pequena Empresa.

PAB – os brasileiros não sabem o que quer dizer PAB. Programa de Assistência Básica, Programa de Assistência Básica, do Ministério da Saúde. Mudamos o critério de distribuição de recursos do Ministério da Saúde, para quê? Para atender aos municípios mais pobres. O Programa Comunidade Solidária é a convergência desses Programas.

Então, Senhor Ministro, eu tenho certeza de que, agora, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, com a participação de pessoas tão devotadas a essas questões, com a articulação com o Governo, nós vamos ter condições de melhorar, progressivamente, o mundo rural, a vida do homem e da mulher do campo, e olhando sempre para a pessoa, para o pequeno. Eu acho que o Brasil já tem o seu caminho delineado nas condições gerais da política econômica. Nós já estamos – como já tenho dito – baixando as taxas de juros, retomando o crescimento. Almejamos baixar as taxas de desemprego. Vão baixar à medida que nós continuarmos prosseguindo assim. Mas agora o olhar do Governo tem que ser um só: é olhar para o pequeno, olhar para a unidade pequena de produção, fazer com que ela tenha

vida, é essa a responsabilidade do Governo e é esse o auxílio que eu espero deste Conselho. Ele nos vai fazer sempre atentos, cada vez mais, às necessidades mais básicas do homem e da mulher do campo, transformando-os em produtores ativos e não clientes do Estado. E não apenas em gente que, para poder sobreviver, vai receber, infinitamente, recursos sem volta. Não. Vamos transformá-los em seres dignos, e a dignidade implica que a produção seja, realmente, capaz de dar uma renda a essas famílias. Eles não sejam, simplesmente, uma camada de pessoas assistidas pelo Estado. Isso não é o que se deseja numa sociedade moderna, democrática e justa. Tem que ser pessoas que possam viver do seu trabalho. E o Governo com a sociedade criando condições para que eles possam viver decentemente com seu trabalho.

Quero, portanto, ao terminar, felicitar a todos que aqui estão. Agradecer a presença, a participação. Tenham a certeza de que, com o fato de nós estarmos juntando esses Programas de educação diretamente para os assentamentos, Programas de questão ambiental, ajuda do setor mais experiente – como a Abras mostra aqui – dos lutadores da reforma agrária, dos lutadores a respeito da questão da produção familiar, com a articulação de tudo isso, nós vamos, progressiva mas continuamente, melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

Muito obrigado a todos. Estão empossados.